

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray

Organizadores

# Rio Grande do Sul



Paisagens e Territórios em Transformação

# Rio Grande do Sul

Paisagens e Territórios em Transformação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica

**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Alexandre Ricardo dos Santos**

**Carlos Alberto Steil**

**Lavinia Schüler Faccini**

**Mara Cristina de Matos Rodrigues**

**Maria do Rocio Fontoura Teixeira**

**Rejane Maria Ribeiro Teixeira**

**Rosa Nívea Pedroso**

**Sergio Antonio Carlos**

**Sergio Schneider**

**Susana Cardoso**

**Valéria N. Oliveira Monaretto**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

Roberto Verdum / Luis Alberto Basso / Dirce Maria Antunes Suertegaray  
Organizadores

# Rio Grande do Sul

## Paisagens e Territórios em Transformação

Segunda Edição

**UFRGS**  
EDITORA

© dos autores  
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto  
Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos  
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt  
Editoração adicional: Luciane Delani

---

R585 Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação. / organizado por Roberto Verdum, Luis Alberto Basso e Dirce Maria Antunes Suertegaray. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 360p. : il. ; 16x23cm

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.  
Inclui referências.

1. Geografia – Rio Grande do Sul. 2. Paisagens – Transformações – Degradações ambientais – Reconstrução. 3. Problemas ambientais – Brasil – Rio Grande do Sul – Ações políticas – Ações técnicas. 4. Paisagem metropolitana – Transformações – Degradação da água – Bacias hidrográficas. 5. Bacia hidrográfica – Rio Ibicuí – Qualidade da água. 6. Sociedades humanas – Integração – Relações dinâmicas – Natureza. 7. Disputas territoriais – Aspectos econômicos – Indutores de renda – Força produtiva. 8. Transformações agrárias – Reforma agrária – Rio Grande do Sul. 9. Paisagens – Imagens – Representações. 10. Disputas territoriais – Território regional – Identidade – Gaúchos. 11. Geografia – Transformações espaciais – Educação formal – Educação informal – Relações – Sociedade gaúcha. I. Verdum, Roberto. II. Basso, Luis Alberto. III. Suertegaray, Dirce Maria Antunes.

CDU 911.375:504(816.5)

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0165-4

# O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária

*Rosa Maria Vieira Medeiros*

Após ter percorrido de uma maneira dinâmica, de uma forma ativa, a história do povoamento e da colonização do Rio Grande do Sul, onde se procurou identificar especificamente a grande mudança ocorrida na região de maior dinamicidade do Estado, o alto Uruguai, através dos municípios de Santa Rosa, Tenente Portela e Erechim foi possível chegar a algumas conclusões importantes.

A região do alto Uruguai, com toda a sua movimentação de colonos que chegaram, de colonos que partiram, de colonos que ficaram, foi o palco da grande abertura para o caminho em direção à reforma agrária brasileira. Esses colonos que lá chegaram no final do século XIX e princípio do século XX, como pioneiros desbravando terras, abrindo clareiras nas matas, sobrevivendo num mundo para muitos deles desconhecido, construíram cidades e desenvolveram regiões. Eles não desistiram quando a modernização da agricultura chegou ao planalto gaúcho e a soja ocupou seu espaço de sobrevivência. Procuraram novas alternativas, alguns partindo para outras áreas distantes levando sua tradição e sua experiência camponesa, outros sendo atraídos pela cidade que hoje os expulsa. Mas houve aqueles que ficaram e que não desistiram diante da dificuldade, diante da luta pelo seu direito de ter acesso à terra. Eles se organizaram, reivindicaram, resistiram e venceram. Eles criaram o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST.

---

**Rosa Maria Vieira Medeiros** é professora doutora no Departamento de Geografia e no PPG em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Hoje o MST é uma realidade nacional. Hoje esses colonos mostram o resultado de sua luta na forma de assentamentos dinâmicos, adaptados às condições naturais de sua localização, inovadores na busca de novas alternativas de produção e na incorporação de novas tecnologias.

Esses assentamentos já são uma realidade em todo o Brasil. Mas nem todos tiveram o mesmo desenvolvimento, apesar de possuírem assentados com uma vontade enorme de produzir, de vencer, de sobreviver. O que os diferencia realmente são suas ambições, sua história, sua cultura, pois enquanto para alguns é suficiente ter a terra para produzir e assim sobreviver, para outros é forte a necessidade de produzir para se integrar ao mercado, pois entendem que é dessa forma que poderão ter acesso a uma melhor qualidade de vida. Essas diferenças entre os assentados foram identificadas através da comparação entre assentamentos do Rio Grande do Sul e da Paraíba.

## O RIO GRANDE DO SUL E A PARAÍBA, IDENTIFICANDO DIFERENÇAS

A realidade dos assentamentos do Rio Grande do Sul foi identificada através de pesquisa feita junto a quatro assentamentos da parte norte do Estado.

O primeiro assentamento a ser pesquisado, foi o assentamento 29 de Outubro, criado em 29 de outubro de 1991, no município de Trindade do Sul. Possui uma área de 599 hectares divididos entre 47 famílias, em sua maioria de origem italiana, organizadas em quatro associações cuja origem remonta ao período em que ainda estavam acampadas na fazenda Annoni. Para cada associação o número de famílias varia entre 10 e 20, cabendo a cada uma delas um lote de 12,5 hectares. Este assentamento possui uma agrovila onde se localizam as casas daqueles que optaram pelo trabalho coletivo, bem como um centro comunitário e uma escola.

O assentamento Nova Ronda Alta, segundo a ser pesquisado, no município de Ronda Alta, teve início em 1983 e ocupa uma área de 108 hectares que foi comprada pela Igreja Católica com o objetivo de instalar parte dos colonos acampados em Encruzilhada Natalino. O assentamento é constituído por apenas 10 famílias, na maioria de origem italiana, organizadas numa única agrovila onde também está instalada a escola. O trabalho neste assentamento iniciou de forma coletiva mas, após 7 anos, por divergências internas, algumas famílias optaram pelo trabalho individual, afastando-se assim das atividades coletivas.

O terceiro assentamento é o de Potreiro Bonito, localizado em Palmeira das Missões, possui uma área de 143 hectares onde estão assentadas 12 famílias vindas do acampamento Quero-Quero, que se dedicam assim como os anteriores, a uma agricultura diversificada não se integrando à agroindús-

tria e se organizando em grupos para melhor organizarem sua produção. O assentamento não está organizado em forma de agrovila, os lotes são todos individuais e não possui uma escola para atender às crianças.

O último assentamento a ser pesquisado, foi o de Bom Retiro, também em Palmeira das Missões, que foi organizado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, e que ocupa uma área de 1.048 hectares, dividida em 66 lotes individuais, com apenas 55 famílias efetivamente residentes no assentamento.

Ao realizar essa pesquisa<sup>1</sup> cujo ponto principal foram as entrevistas feitas junto às famílias dos assentamentos, foi possível identificar o perfil heterogêneo desses assentados, principalmente no que se refere à qualidade de vida e à dinâmica de cada assentamento. Foram elaboradas perguntas que envolviam desde origem étnica, escolaridade, partido político, organização da produção, etc.

Na questão referente ao engajamento ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, os assentados do 29 de Outubro deixaram clara a influência da Igreja, do sindicato e de outros agricultores companheiros. No entanto, no assentamento Nova Ronda Alta, foram os familiares acampados que influenciaram na sua decisão de acampar. Em Potreiro Bonito, a influência veio da parte de vizinhos e amigos, e no assentamento Bom Retiro, foi em razão da sua expulsão da reserva indígena de Nonoai. Nos assentamentos Bom Retiro e Potreiro Bonito foi identificada a presença de agricultores que não participaram dos acampamentos, pois obtiveram seu lote de terras através da compra e/ou troca com algum assentado.

Em relação ao local de onde vieram antes de acampar, identificou-se que eles não procuraram ficar distante da terra colonizada por seus antepassados, tanto que no assentamento 29 de Outubro, 48% dos assentados vieram do município de Ronda Alta, enquanto em Nova Ronda Alta, 50% vieram de Constantina e em Potreiro Bonito 50% vieram de Rondinha. Já no assentamento Bom Retiro os colonos vieram de diferentes localidades, mas todas elas ainda dentro da região do Alto Uruguai.

O tempo de acampamento variou de um assentamento para o outro, mas não entre os colonos do mesmo assentamento. No assentamento 29 de Outubro esse período variou entre 5 e 6 anos para todos os assentados. Em Nova Ronda Alta, todos os assentados acamparam 3 ou 4 anos. Tempos diferentes de acampamento apareceram nos assentamentos de Bom Retiro e Potreiro Bonito, onde ocorreram vendas de lotes do assentamento e onde 65 % das famílias acamparam num período de 3 a 4 anos e 35% sequer participaram do MST e muito menos acamparam.

---

<sup>1</sup> Estas entrevistas foram realizadas em dezembro de 1995 .



Quanto ao tempo de residência na cidade, esses assentados afirmaram que em momento algum abandonaram o meio rural e que apenas os que acamparam em Porto Alegre (56,25%) conheceram a cidade, tanto que 43,75% dos assentados sequer permaneceu um dia na cidade.

A origem étnica dos assentados mostrou que entre os homens (45,8%) predomina a origem italiana principalmente nos assentamentos 29 de Outubro, Nova Ronda Alta e Potreiro Bonito. Em segundo lugar estão os brasileiros (20,8%). Identificou-se também a presença de colonos de origem alemã e polonesa mesclados ou não aos brasileiros, e aqueles que se autodenominaram de “caboclos”. As mulheres são, na maioria, de origem italiana para os quatro assentamentos (41,6%) seguidas pelas brasileiras (29,1%). Contudo foi entre elas que mais se identificou a condição de caboclos.

Quanto à idade desses assentados, verificou-se que a maioria tem entre 30 e 40 anos (58,3%). O assentamento 29 de Outubro foi o que apresentou a população masculina mais jovem, concentrada entre 30 e 35 anos (56%), seguido por Nova Ronda Alta, onde 50% dos homens assentados possuía entre 35 e 40 anos de idade. Os colonos de Potreiro Bonito e Bom Retiro se encontravam na faixa etária de 40 e mais de 50 anos.

Esta característica reflete-se no número de filhos por família, pois 64,5% das famílias jovens possuía 3, 2, 1 ou nenhum filho. Ali os homens eram mais velhos as famílias eram mais numerosas (Bom Retiro e Potreiro Bonito). Já em Nova Ronda Alta, 50% das famílias possuía 2 ou 3 filhos, as demais possuíam entre 4 e 6 filhos. No assentamento 29 de Outubro predominam famílias com no máximo 3 filhos.

Esta variável pode ser relacionada à escolaridade das mulheres que é justamente mais elevada onde o número de filhos por família é menor. No caso de Bom Retiro e Potreiro Bonito foram identificados homens e mulheres analfabetos, enquanto em Nova Ronda Alta havia uma mulher com nível de instrução superior. A maioria das mulheres (66,6%) chegou ao final da quarta ou da quinta séries do ensino fundamental. Também a maioria dos homens (66,6%) se situou nesta faixa de nível de instrução, havendo apenas um com segundo grau completo. No entanto o número de homens, entre analfabetos e que cursaram até a terceira série do ensino fundamental (22,9%) é superior ao das mulheres (16,6%), uma vez que muito cedo os meninos são integrados à força de trabalho no campo.

A renda familiar desses assentados ficava entre 100 e 300 reais (86,9%), mas o maior número de famílias possuía renda entre 200 reais e 300 reais mensais (56,5%).

Quanto ao número de irmãos dos assentados, tanto para os homens quanto para as mulheres identificou-se que eles vêm de famílias numerosas

compostas por 7 e 9 irmãos em sua maioria (92,8% para as mulheres e 78,5% para os homens).

A religião foi um outro dado investigado. O catolicismo predomina entre os assentados, mas já há alguns evangélicos ou crentes.

O último dado investigado entre os assentados foi relativo ao partido político havendo uma preferência quase que homogênea pelo Partido dos Trabalhadores. Os que não estavam ligados ao PT eram exatamente os assentados “crentes” ligados às igrejas evangélicas, que dessa forma procuravam demonstrar efetivamente o caráter disciplinar e submisso de sua religião.

A análise do conjunto dessas informações permitiu estabelecer um perfil para esses agricultores assentados o qual possibilita chegar-se a algumas conclusões importantes tais como:

a) assentados jovens, são mais dinâmicos, melhor organizados, facilmente adaptáveis às inovações tecnológicas e produtivas visando o mercado interno e externo;

b) a herança camponesa identificada através das diferentes origens étnicas é fator influente na dinâmica dos assentamentos o que a história do povoamento do Rio Grande do Sul registra muito bem;

c) os assentados mais jovens demonstram preocupação com o planejamento familiar, com educação, escolaridade e com futuro dos filhos;

d) a participação das mulheres não se restringe aos afazeres domésticos. Elas contribuem com seu trabalho na renda familiar, discutem decisões, participam de reuniões em diferentes níveis, divulgam a participação da mulher trabalhadora rural;

e) o trabalho coletivo é uma prática dos assentados mais jovens;

f) a integração à agroindústria pareceu ser crescente, pois foi considerada como uma forma de obter uma renda que garanta a sobrevivência familiar e sua permanência na terra;

g) a presença de evangélicos “(crentes)” identificada como opção pós-acampamento, pois a característica de luta, de persistência, de resistência do acampamento em nada combina com o caráter disciplinar e até subserviente da nova religião.

Os aspectos positivos encontrados a partir dessa análise permitiram pois, chegar a respostas importantes e significativas. A primeira delas é que o assentamento, é portanto, uma resposta à sociedade brasileira, ao governo e a todos aqueles que não acreditam na viabilidade da Reforma Agrária. Os exemplos positivos em muito superam o que de negativo acontece entre os assentados e nos assentamentos. Os assentados estão prontos para darem seus depoimentos, para mostrarem tudo o que estão fazendo, o quanto estão produzindo e como estão vivendo.

Mas o exemplo do Rio Grande do Sul não é por si só suficiente para se pensar Reforma Agrária para o Brasil. Há que se buscar outras realidades para se ter assim uma visão real do campo brasileiro. Para que isso fosse possível realizou-se uma pesquisa<sup>2</sup> durante um período no Estado da Paraíba, com o objetivo principal de estabelecer alguns parâmetros entre esse Estado e o Estado do Rio Grande do Sul, berço do Movimento dos Agricultores sem Terra do Brasil.

Nos primeiros contatos feitos já foi possível identificar um aspecto distinto entre os 2 Estados. Este aspecto se refere exatamente à liderança e à organização do movimento dos agricultores sem-terra que, no Rio Grande do Sul, tem o MST liderando e organizando as ocupações negociando com o Incra, realizando manifestações, participando da organização dos assentamentos, enquanto no Estado da Paraíba, a liderança de toda a organização do movimento cabe principalmente à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Sindicato Rural.

Isto no entanto, não significa que o MST não tenha chegado até aquele Estado. O MST, assim como fez em todo o Brasil, também chegou até a Paraíba com a ideia de organizar os trabalhadores rurais sem terra, mas a sua experiência de ocupação de terra e de acampamentos não era a mesma dos paraibanos. Ocorre que enquanto no Rio Grande do Sul a grande maioria dos acampados é de origem camponesa, na Paraíba uma parcela significativa vem da cidade, sem ter tido muitas vezes qualquer experiência de trabalho na agricultura.

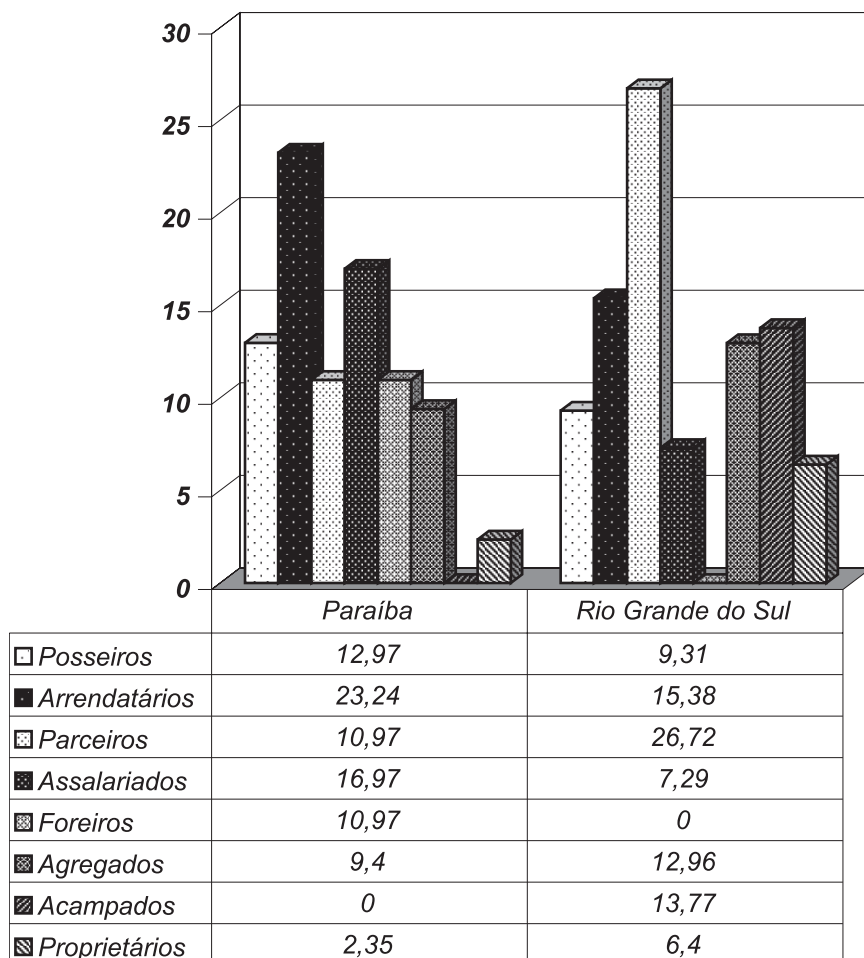
No gráfico a seguir (Figura 1), é possível observar algumas diferenças que foram identificadas nos assentamentos quando da realização da pesquisa amostral<sup>3</sup> do Censo Nacional de Reforma Agrária. No Rio Grande do Sul predominou a condição de parceiro (26,72%) como situação anterior à de assentado, enquanto na Paraíba a grande maioria foi arrendatário (23,24%). No Rio Grande do Sul não existe a situação de foreiro que na Paraíba é da ordem de 10%; em contrapartida nenhum dos assentados paraibanos acamparam, condição normalmente necessária no Rio Grande do Sul para ser assentado e que nesta amostra ficou em 13,77% da população. A condição de assalariado no estado paraibano (16,97%) é superior a do Rio Grande do Sul (7,29%) em mais de 100%.

De um modo geral essas diferenças estão diretamente relacionadas à própria história de cada Estado pois, enquanto no Rio Grande do Sul os colonos vieram na condição de proprietários, na Paraíba, os agricultores se encontravam na condição de agregados, dependentes dos grandes proprietários, dos latifundiários da região.

---

<sup>2</sup> Pesquisa realizada em julho de 1997.

<sup>3</sup> No Rio Grande do Sul a amostra do Censo Nacional de Reforma Agrária atingiu 11,21 % da população assentada.



**Figura 1.** Perfil dos assentados da Paraíba e do Rio Grande do Sul segundo sua condição anterior ao assentamento (%).

Fonte: I Censo Nacional de Reforma Agrária, 1996.

Um outro dado importante que permite observar as diferenças entre os dois Estados é a porcentagem por ano de ocupação da área pelos assentados. Enquanto na Paraíba 21,93 % dos assentados já ocupavam a área antes de 1960, no Rio Grande do Sul, neste mesmo período, havia apenas 0,08% de ocupantes. Mas no sul, este número passa a ser significativo a partir de 1985 quando se iniciam as ocupações no Estado, sendo que o maior percentual

(35,72%) vai ocorrer somente após 1994. Em contrapartida no Estado da Paraíba, para este mesmo período, o registro é de apenas 7,97% de assentados que já ocupavam a área (Quadro 1).

**Quadro 1**  
PORCENTAGEM POR ANO DE OCUPAÇÃO DOS ASSENTADOS

Período	Paraíba %	Rio Grande do Sul %
Antes de 1960	21,93	0,08
1960 – 1964	7,8	0,08
1965 – 1969	8,10	0,00
1970 – 1974	8,64	0,19
1975 – 1979	6,10	0,12
1980 – 1984	6,51	0,16
1985 – 1989	11,86	27,35
1985 – 1990	13,83	31,63
Apos 1994	7,97	35,72

Fonte : I Censo Nacional de Reforma Agrária, 1996.

Cabe ainda destacar que no Rio Grande do Sul, é justamente a partir do surgimento do Movimento de Agricultores sem Terra (MST) em 1984, como organizador oficial da luta pela terra e pela reforma agrária em nível nacional, que começam efetivamente as ocupações de terras. Na Paraíba, as ocupações também tiveram um aumento entre 1985 e 1994, não tão acentuado quanto no Rio Grande do Sul, mas que voltaram a declinar após esta data.

É bem verdade que o MST não teve igual atuação nesse Estado nordestino, tanto que segundo os representantes da CPT, as lideranças nacionais do movimento chegaram a ir até lá mas sua forma de agir, de conduzir as negociações, de organizar o movimento entrou em choque com a utilizada pelas lideranças locais. Segundo informações desses líderes, o MST não respeitou a cultura local.

Na verdade, a estratégia de atuação do MST não é a mesma adotada pelos trabalhadores rurais na Paraíba. Enquanto o MST organiza grandes grupos para ocuparem as propriedades, independente da capacidade efetiva de trabalho da área escolhida com o objetivo de causar impacto e chamar a atenção de toda a sociedade, os trabalhadores rurais paraibanos se organizam em grupos proporcionais à capacidade produtiva da fazenda a ser ocupada, ou seja aqueles que ocupam a área serão os mesmos a serem ali assentados.

É comum no sul também a realização de acampamentos junto às cercas das propriedades, junto às rodovias de grande circulação ou ainda em frente à sede do próprio Incra (como já foi feito por várias vezes) ou na praça pública diante do Palácio do Governo do Estado.

O trabalhador rural paraibano por sua vez é muito mais envolvido com o sindicato rural que o colono gaúcho. Na amostra do Censo Nacional de Reforma Agrária, 41,76% dos assentados paraibanos estavam ligados ao sindicato, enquanto no Rio Grande do Sul eram apenas 25,34%. Mas com relação à participação em cooperativas, os assentados gaúchos somam 29,45% ao contrário dos paraibanos que ficam apenas em 4,4%.

Quanto à participação da Igreja no movimento, esta é Record, evidente nos 2 Estados tanto que na Paraíba, 58,9% dos assentados estão vinculados a algum movimento da Igreja e no Rio Grande do Sul este percentual é de 59,59% (Quadro 2)

### Quadro 2

#### PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS EM ORGANIZAÇÕES – 1996

Estados	Igreja (%)	Cooperativa (%)	Associação (%)	Sindicato (%)
Paraíba	59,90	4,40	78,46	41,76
Rio Grande do Sul	59,59	29,45	17,47	25,34

Fonte: I Censo Nacional de Reforma Agrária - 1996

O destaque maior na Paraíba é, no entanto, a participação de seus assentados em associações dentro do próprio assentamento (78,46%), sem que isso signifique organização de trabalho coletivo pois neste Estado não chega a 1% esta forma de organização. No Rio Grande do Sul por sua vez o trabalho coletivo supera os 20% dos assentados, sendo inclusive este o percentual mais alto do Brasil e em muito superior à média nacional que é de 5,38% (Quadro3)

**Quadro 3**  
DISTRIBUIÇÃO POR FORMAS DE EXPLORAÇÃO DOS ASSENTADOS

Estado	Exploração individual(%)	Exploração coletiva (%)	Exploração mista (%)
Paraíba	95,29	0,97	3,74
Rio Grande do Sul	72,05	20,47	7,47

Fonte: I Censo Nacional de Reforma Agrária , 1996.

A razão dessas diferenças entre os 2 Estados pode ser compreendida se for estabelecida uma relação entre os percentuais de participação em cooperativas e de formas de exploração com o nível de escolaridade dos assentados. Isto porque no Rio Grande do Sul onde o cooperativismo e o trabalho coletivo destacam-se em relação à Paraíba, é onde o percentual de analfabetismo entre os assentados é o mais baixo do Brasil ou seja é de 7,16% contra os 40,40% da Paraíba. Cabe ressaltar que 41,44% dos colonos assentados gaúchos completaram a quarta e/ou quinta série do ensino fundamental, enquanto dos assentados paraibanos apenas 9,64% atingiu este nível. Em cada assentamento no Rio Grande do Sul, o Estado ou a prefeitura, assume o compromisso de construir uma escola de ensino fundamental incompleto (até quarta série).

É bem verdade que uma parcela significativa dos assentamentos do Rio Grande do Sul apresenta uma realidade que contrasta com a dos demais assentamentos do restante do Brasil, conforme nos mostra o último Censo Nacional de Reforma Agrária. E, soma-se a isso o fato de que os assentados do sul não estão apenas preocupados com a sua sobrevivência e de sua família, eles buscam mais do que isso, pois procuram produzir com vistas às necessidades do mercado, diversificando ao máximo sua produção e, principalmente, estando atentos às mudanças e às exigências estabelecidas pelo Mercosul. Este tipo de comportamento não foi observado nos assentamentos visitados na Paraíba, onde realmente produzir para sobreviver é o que mais desejam os assentados e isto, ficou claro, lhes basta, não aspiram nada mais além disso. Também as condições de moradia, de saneamento básico, de saúde são em tudo contrastantes entre os assentamentos desses 2 Estados o que foi evidenciado a partir da pesquisa de campo.

Quanto à violência, esta, está presente na luta pela terra paraibana de uma forma muito mais marcante que no Rio Grande do Sul, pois o poder político e a propriedade da terra estão lado a lado impedindo o acesso à terra, aos agricultores paraibanos. As ameaças de morte, os processos e as expulsões do país, fazem parte do cotidiano daquele que se engaja na luta pela terra no

Estado da Paraíba. O medo e o sofrimento estão expressos no rosto de cada um dos agricultores paraibanos sem terra, assim como, a sua tenacidade na continuação de uma luta por algo que ele entende ser seu por direito, a terra.

Mas a história desses agricultores não é a mesma do colono do Rio Grande do Sul. O agricultor sem terra do sul é descendente dos colonos que no século XIX vieram para este país na condição de proprietários de no mínimo, uma colônia de terra (25 hectares). Esses colonos ainda hoje trazem consigo o mesmo espírito desbravador de seus ancestrais e a mesma concepção de unir seus esforços na busca de um mesmo objetivo. Por essa razão surgiram diferenças que não só persistem como também vão se acentuando e que dificilmente serão alteradas pois a cultura desses agricultores jamais será a mesma, embora vivam no mesmo país, no mesmo Brasil.

O sul do Brasil, especificamente o Rio Grande do Sul, é a região onde a colonização se fez presente; onde a propriedade da terra não foi uma exclusividade dos latifundiários; onde a tradição de enfrentar desafios na busca de novas terras é uma herança legada pelos colonos vindos no século XIX; onde a tradição camponesa é elemento marcante; onde as mulheres lutam lado a lado com seus maridos e companheiros; onde procura se defender o direito à terra pacificamente; onde a consciência política se desenvolve de forma coletiva; onde a participação nos encaminhamentos das decisões políticas é uma constante entre os colonos; onde o coletivo em muitos casos se sobrepõe ao individual; onde a participação da Igreja e a religiosidade são significativas; onde a busca de novas alternativas de produção com a aplicação de novas tecnologias é constante; onde é consciente a necessidade de se integrar ao mercado produtor local, regional e até mesmo internacional; onde a força política do MST é respeitada e por essa razão temida pelos latifundiários; onde os assentamentos já são reconhecidos e valorizados; onde os assentados possuem representação política não só em nível local, como estadual e até federal; onde se pensa a Reforma Agrária atrelada a uma política agrícola.

Em contrapartida, no Nordeste do Brasil, a ambição dos assentados e dos acampados já não é a mesma dos colonos do sul, pois ela se restringe a sobrevivência sua e de sua família. A posse da terra é prioritária em detrimento da sua forma de trabalho, pois dificilmente abrem mão de seu título individual de propriedade para transformarem o assentamento numa área de trabalho coletivo. É bem clara a ausência de uma visão mais comercial, de uma visão mais coletiva dentro do assentamento, pois eles não têm por hábito nem por tradição se organizarem em cooperativas de produção e de comercialização, muito menos em cooperativa de crédito rural. Dificilmente um assentado nordestino abre mão do Proceca que lhe é destinado para junto com outros companheiros do assentamento adquirirem coletivamente implementos agrí-



colas necessários para o desenvolvimento da atividade agrícola, o que é uma prática mais corrente no Rio Grande do Sul. Enquanto o colono gaúcho tem sua história ligada à propriedade da terra mesmo que pequena, o agricultor nordestino foi durante muito tempo posseiro ou agregado nas grandes fazendas do Nordeste, dependendo sempre da decisão e do poder do seu patrão a quem ele era eternamente grato. Para ele, plantar para sobreviver e vender alguma coisa no mercado local lhe basta. Para o colono do sul isso não é suficiente, pois ele já discute sua inserção no Mercosul, ele já disputa cargos políticos em nível local e regional; suas mulheres estão presentes no movimento e são atuantes na estrutura organizacional do assentamento contribuindo na renda familiar; seus filhos são educados dentro de um programa de conscientização da sua condição de assentado e de valorização da vida do agricultor.

Essas diferenças em nada diminuem a tenacidade e a coragem dos agricultores paraibanos sem terra, muito menos o seu desejo por uma reforma agrária justa. O que se quer aqui evidenciar é que não se pode esquecer que as origens dos agricultores sem terra do Brasil são diferentes, a tradição camponesa não é a mesma, a sua história e a sua cultura não são as mesmas. Portanto, ao se pensar Reforma Agrária tem que se pensar em cada uma dessas diferenças, considerá-las como ponto de partida e de apoio para a realização de um projeto dessa ordem. Não se quer para o Brasil esta Reforma Agrária que dizem acontecer, feita a conta-gotas, assentamento por assentamento, como um paliativo para aliviar as tensões geradas a partir dos acampamentos e das manifestações dos agricultores sem terra. Reforma Agrária deve ter antes de tudo uma política agrícola adequada a essas diferenças regionais, ou seja, deve trazer no seu bojo uma regionalização que efetivamente respeite essas diferenças histórico/culturais tão marcantes e tão significativas, identificadas entre os agricultores sem terra brasileiros.

## EM BUSCA DE UM CAMINHO

E, foi pensando na busca de uma solução para a questão agrária do Rio Grande do Sul que o governo estadual criou o Gabinete de Reforma Agrária cujo objetivo principal é implementar o Programa de Reforma Agrária do Estado. Este programa tem como princípio básico “assentar com responsabilidade, o que significa ir além da terra, viabilizando crédito e assistência técnica dando oportunidade real a trabalhadores do campo, excluídos a muito tempo da ordem econômica e social do país”. A viabilização desse programa se deu através de um convênio assinado entre o Estado e o Incra, em agosto de 2000, que permite a aquisição de áreas em conjunto onde os valores pagos em dinheiro pelo Estado estão aliados aos Títulos de Dívidas Agrárias (TDAs) emitidos pelo

Incra. Este acerto se deu uma vez que, de acordo com a Constituição, a Reforma Agrária é competência do Governo Federal, e somente ele tem o direito de desapropriar áreas a serem pagas com TDAs.

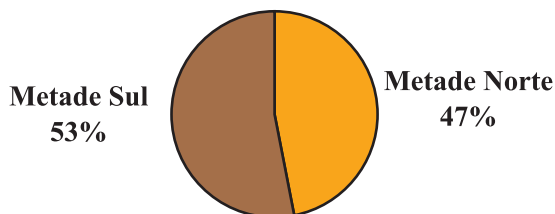
Como já foi visto anteriormente o processo de ocupação de terras pelos agricultores sem terra se deu no seu espaço de origem, ou seja na parte norte do Estado onde foram criados os primeiros assentamentos. Entretanto, a política atual do governo é exatamente ocupar a outra metade do Estado onde o latifúndio se instalou e se enraizou conforme nos mostra a história do povoamento do Rio Grande do Sul. O MST está portanto se territorializando na área historicamente de domínio do latifúndio pecuarista gaúcho (Metade Sul) embora isso signifique para os assentados ter que passar por todo um processo de readaptação a um espaço para eles até então desconhecido, onde provavelmente eles não poderão desenvolver os mesmos cultivos com as mesmas técnicas como faziam anteriormente. Apesar disso, o número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos na metade sul crescem em relação à metade norte (Quadro 4) e, o Estado pretende através do seu Programa de Reforma Agrária dinamizar esse espaço, através do desenvolvimento de uma economia embasada na produção familiar.

**Quadro 4**  
PARÂMETRO GERAL ENTRE METADE NORTE E METADE SUL DO RS

Rio Grande do Sul	Número de municípios com assentamentos	Número de Assentamentos	Número de famílias	Área (ha)
Metade Norte	31	60	2802	54866,17
Metade Sul	35	165	6101	148206,51
TOTAL	66	225	8903	203072,68

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul.

Na metade sul já existe uma concentração de assentamentos em mais de 50% do total de seus municípios (Figura 2) o que corresponde à cerca de 75% do total das famílias assentadas, numa área correspondente a quase 80% do total das áreas dos assentamentos.



**Figura 2.** Concentração dos municípios do Rio Grande do Sul com assentamentos implementados entre 1985 e 2000.

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul.

O governo estadual nestes 2 últimos anos criou 93 novos assentamentos, sendo 43 criados exclusivamente pelo Estado, 28 foram criados pelo Incra e 22 assentamentos foram resultados do convênio do Estado com o Incra.<sup>4</sup> Aos agricultores assentados foram garantidas formas de viabilização econômica através de novas alternativas de organização do assentamento, da produção e conseqüentemente da comercialização de seus produtos uma vez que a grande preocupação, o principal objetivo do governo é de efetivamente assentar com responsabilidade ou seja, indo além da mera concessão da terra, viabilizando créditos e assistência técnica para assim, dar uma oportunidade real aos trabalhadores rurais excluídos, tanto economicamente quanto socialmente.

O processo de execução do Programa de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul se desenvolve em duas etapas, sendo a primeira de implantação e a segunda de consolidação do assentamento. Na primeira fase ocorre a instalação da infraestrutura social básica que inclui moradia, água, luz, estradas, saúde e educação. Ocorre simultaneamente a liberação dos créditos necessários para a produção agrícola, para o manejo de recursos naturais, para a construção da moradia e das benfeitorias, etc.<sup>5</sup> A efetiva consolidação vai acontecendo à medida que os recursos advindos desses créditos chegam até os assentados viabilizando a produção agrícola, sua comercialização e garantindo assim, não só sua sobrevivência, mas também sua busca de uma melhor qualidade de vida (Figura 3).

<sup>4</sup> Estes assentamentos foram destinados também para os ocupantes das áreas indígenas e para os atingidos por barragens no Estado.

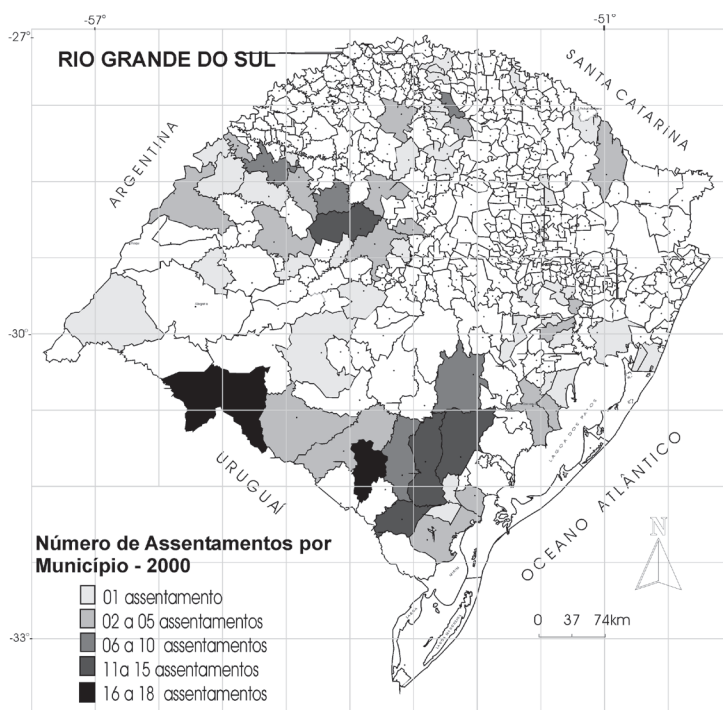
<sup>5</sup> Para cada família são liberados um total de R\$ 18.200,00 distribuídos da seguinte maneira:

Fomento (Incra)	R\$ 1 400,00	
Produção para autoconsumo (Estado)	R\$ 1 200,00	
Moradia (Incra)	R\$ 2 500,00	
Moradia (Estado)	R\$ 2 600,00	
Manejo de Recursos Naturais (Estado)	R\$ 500,00	
Crédito para a Produção Agrícola PRONAF A (Incra)		R\$ 9 500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 18 200,00</b>	

## CHEGANDO A UMA NOVA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

É dentro dessa luta pela conquista do espaço social e do território, através da organização dos movimentos sociais, de seus sujeitos, de suas contradições e perspectivas, que convém considerar a dimensão de poder que se faz presente tanto no espaço local quanto no global. A paisagem será dessa forma o cenário revelador das relações sociais e de inter-relação existente entre as mesmas, bem como do desenvolvimento do processo de produção para o atendimento das necessidades de consumo da sociedade.

Para Milton Santos (2001, p. 348)<sup>6</sup>



**Figura 3.** Rio Grande do Sul com a localização dos assentamentos, por município, para o período de 1985 a 2000.<sup>7</sup>

Fonte: Gabinete de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul/Incrá

<sup>6</sup>Santos, M e Silveira, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 348.

<sup>7</sup> Este mapa é parte integrante do projeto de pesquisa “Assentamentos, uma caminhada para a Reforma Agrária” realizado com o apoio da Fapergs e com a colaboração dos bolsistas de iniciação científica Raquel Ferreira de Castro (BIC/Propesq) e Daison Kipper da Paz (BIC/Propesq)

as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas.

Portanto, as ações realizadas nas configurações territoriais do espaço do Rio Grande do Sul, lhe deram significados distintos que hoje o governo, através do Programa de Reforma Agrária, busca alterar modificando sua dinâmica que, até então, foram significativas na identificação dessas desigualdades territoriais. O território gaúcho se reconfigura, a paisagem da campanha gaúcha vai sofrendo transformações. Hoje, a concentração de assentamentos nos municípios que constituem a Metade Sul (ver Figura 3) é o agente de toda esta reconfiguração territorial, através do desenvolvimento da agricultura familiar, da diversificação da produção, do adensamento populacional, da dinamização do comércio local, além da necessidade de uma nova infra-estrutura com abertura de novos caminhos, com a instalação de escolas e de postos de saúde.

O território gaúcho foi efetivamente revelador de todas as suas desigualdades com suas zonas de densidade (Metade Norte) e de rarefação (Metade Sul) tanto no que se refere aos homens quanto à estrutura fundiária, por exemplo; com seus espaços luminosos e opacos ou seja, o norte com toda a sua tecnologia e o sul com sua resistência às inovações; com seus espaços que mandam e que obedecem, uma vez que a metade sul foi o berço dos políticos mandantes do Estado e até do país. Essas desigualdades sem dúvida, são o reflexo contundente de todo o processo de povoamento e colonização pelo qual passou o Rio Grande do Sul. Refletem sobremaneira como aconteceram as transformações no seu espaço.

As novas ações do governo do Estado do Rio Grande do Sul estão dando uma nova configuração ao espaço gaúcho, uma nova organização. Estas ações refletem um novo processo de territorialização que se dá através da reterritorialização daqueles que sem perder a identidade com o seu espaço de origem, buscam uma nova integração ao espaço a eles destinados, dando a esse espaço, portanto, um novo significado.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul*. IBGE, Rio de Janeiro, 1963.

FERNANDES, B. M. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: *A questão agrária e a justiça*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MEDEIROS, R. M. V.; CASTRO, R. F. Assentamentos, uma caminhada para a reforma agrária. *Anais do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Goiânia, 02 a 05 de dezembro de 2000, p. 385-386.

MEDEIROS, R. M. V. *De la colonisation des terres nueves à la Réforme Agraire au Brésil – le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, Université de Poitiers, França, out., 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.